

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH MANHUAÇU

1

2 No dia 04 de junho, às 09h30, teve início a 40ª Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu, no município de
3 Durandé. Dando início às atividades, as autoridades presentes foram convidadas a compor a mesa de honra,
4 sendo: Senisi de Almeida Rocha, presidente do CBH Manhuaçu; Sebastião Bemfica, vice-prefeito de
5 Durandé; Genilson Tadeu, vice-presidente do CBH Manhuaçu; Isaura Paixão, secretária executiva do CBH
6 Manhuaçu; Flávia Dias, secretária adjunta do CBH Manhuaçu; Pedrinho Bemfica, vereador do município de
7 Durandé; e, Abel Coutinho, representando o secretário de agricultura do município. Na sequência, todos os
8 membros se coloram de pé para a execução do hino nacional brasileiro. Abrindo as atividades, o Sr.
9 Sebastião Bemfica deu as boas vindas a todos os presentes, justificando a ausência do prefeito de Durandé,
10 que não pode comparecer, pois estava em viagem a trabalho. Ainda em seu pronunciamento, enalteceu o
11 trabalho realizado pelo Comitê em prol do meio ambiente, destacando a importância de conscientizar a
12 população. Em seguida, o Sr. Abel Coutinho, reforçando a fala do vice-prefeito, mencionou que o município
13 vem se dedicando intensamente às causas ambientais, sempre em busca de parcerias para potencializar o
14 alcance das ações. Em continuidade às falas de abertura, a Sra. Flávia Dias agradeceu a presença de todos
15 e a disponibilidade em participar das reuniões do Comitê, além disso, destacou a relevância dos temas em
16 pauta, mencionando a imprescindibilidade de que todos permaneçam do início ao fim dos trabalhos. O Sr.
17 Genilson Tadeu, em sua fala, agradeceu ao município pela receptividade e, em especial, destacou a
18 presença dos conselheiros do município do Mutum, sempre assíduos às plenárias, independentemente das
19 circunstâncias adversas. Ato contínuo, a Sra. Isaura Paixão cumprimentou os presentes e lembrou a todos
20 das comemorações da semana do meio ambiente, destacando que a questão não deve ser lembrada apenas
21 em datas festivas, mas cotidianamente. Encerrando os pronunciamentos iniciais, o Sr. Senisi Rocha
22 agradeceu à receptividade do município de Durandé, reforçando a importância da realização de reuniões
23 itinerantes, para que seja oportunizado a todos conhecer os rincões da Bacia. Finalizando, agradeceu aos
24 conselheiros e demais convidados pela presença. Sequencialmente, a mesa de autoridades foi parcialmente
25 desfeita, permanecendo apenas a diretoria do Comitê para a condução da reunião. Passando à pauta, o Sr.
26 Senisi Rocha fez um consulta à plenária visando à inserção e reorganização de alguns itens. Após
27 aprovação unânime, foram incluídos como pauta: informes da diretoria, que a partir de agora será ponto fixo
28 nas reuniões; análise da minuta do Regimento Interno do Fórum Mineiro de CBHs; e criação da UAL -
29 Unidade de Acompanhamento Local do CBH Manhuaçu para PSA/Renova. Além das inserções, a
30 apresentação da Fundação Renova, prevista para o início das atividades, foi deslocada, passando a ser o
31 último item da pauta. Após a redefinição da pauta, o Sr. Senisi Rocha estabeleceu junto aos conselheiros os
32 tempos para debate de cada item, considerando o volume de temas em discussão. As propostas foram
33 acatadas, sendo combinado intervalo de almoço de 1h e, após a conclusão de todos os itens, foi informado a
34 todos que haverá um plantio simbólico de árvores. Ao todo, a previsão é de 6h30 de trabalho, englobando
35 todas as tarefas previstas. Em continuidade às atividades, a secretária adjunta do CBH Manhuaçu fez a
36 verificação de *quórum*, sendo constatada a presença de 30 membros votantes. Ato contínuo, o Sr. Senisi
37 Rocha passou aos informes da diretoria. Segundo ele, considerando que as reuniões ocorrem, em média, a

Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu realizada no dia 09/08/2019

38 cada dois meses, torna-se importante repassar aos conselheiros o status das principais demandas.
39 Iniciando, ele informou a todos que tem ido à sede, rotineiramente, às segundas feiras, a fim de organizar os
40 documentos e atender às pessoas que procuram o Comitê, como estudantes e pesquisadores, por exemplo.
41 Ele destacou, ainda, que a diretoria tem buscado se reunir semanalmente por videoconferência, a fim de
42 alinhar, discutir e nivelar as demandas. Em seguida, falou sobre reunião com as diretorias dos comitês
43 mineiros realizada com o IGAM, no dia 25/03, em que foi apresentado o status das prestações de contas
44 referentes ao contrato celebrado entre o órgão gestor e o IBIO para o exercício das funções de agência de
45 água. Ele explicou que a situação permanece indefinida, considerando que não houve a conclusão das
46 análises, situação que tem inviabilizado a formação de um novo conselho para a entidade. Finalizando,
47 apresentou algumas imagens dos cerceamentos realizados em diversos municípios no âmbito do projeto
48 “Todos Pelo Rio Doce”. Prosseguindo com a pauta, a Sra. Flávia Dias fez a leitura do resumo da ata, sendo,
49 como de praxe, dispensada a leitura na íntegra, já que a mesma foi enviada junto com a convocatória e os
50 demais documentos. Ao final da leitura, a ata aprovada por unanimidade. Em seguida, foi passado ao item
51 de pauta referente às revisões dos PMSB - Planos Municipais de Saneamento Básico. Contextualizando, o
52 Sr. Senisi Rocha mencionou os investimentos feitos pelo CBH Manhuaçu que, com o recurso da cobrança
53 pelo uso da água, custeou a elaboração do PMSB para 16 municípios da Bacia, num investimento
54 aproximado de R\$ 1,5 milhão. Segundo ele, é fundamental que o Comitê permaneça atento à necessidade
55 de atualização, bem como aos desdobramentos após a entrega dos planos, a fim de que os mesmos não
56 sejam engavetados pelos municípios. Por essa razão, foi proposta a inserção do item na pauta e feito o
57 convite a todos os prefeitos da Bacia para que comparecessem à reunião, abrangendo, inclusive, as
58 localidades cujo plano não foi custeado com verba do Comitê. Para enriquecer a discussão, ele convidou o
59 Sr. Roberto Giovani de Mattos Pereira, que desenvolveu pesquisa de mestrado com proposta metodológica
60 para avaliação da gestão municipal de saneamento básico, abrangendo os municípios do CISAB-ZM -
61 Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais. Em sua fala, ele
62 apresentou, brevemente, a lei Federal no 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o
63 saneamento básico (LDNSB), atribuiu aos municípios uma série de responsabilidades, entre as quais se
64 destacam a prestação dos serviços, a elaboração dos planos de saneamento básico, a regulação e
65 fiscalização e a participação e o controle social. No entanto, no Brasil, há diversas localidades em situação
66 precária de saneamento, pois os gestores municipais têm dificuldades para exercer essas funções,
67 especialmente em municípios de pequeno porte, em que prevalece a baixa capacidade técnica e
68 institucional. Nesse sentido, a fim de avaliar a gestão dos serviços de saneamento, com base nos requisitos
69 da LDNSB, foi formulado o Índice de Gestão Municipal do Saneamento sob o enfoque das quatro funções de
70 gestão estabelecidas no referido marco legal: prestação dos serviços, planejamento, regulação e fiscalização
71 e participação e controle social, sendo que os percentuais de importância relativa destas funções foram
72 determinados com base na consulta a especialistas que atuam na área do saneamento, além do uso de
73 análise multicritério para apoio à decisão. Segundo o pesquisador, os resultados mostraram que as funções
74 de prestação dos serviços e planejamento possuem praticamente o mesmo grau de importância para a
75 avaliação da gestão municipal do saneamento, seguida da regulação e fiscalização, e por fim, da

Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu realizada no dia 09/08/2019

76 participação e controle social. Segundo o Sr. Giovani, considerando os municípios do CISAB-ZM, Ipanema e
77 Manhuaçu são os municípios que mais se aproximam do cumprimento do marco legal. Por outro lado, Ponte
78 Nova, Fervedouro, Pocrane, Conceição do Ipanema, Luisburgo, Recreio, Tocantins, São Francisco do Glória
79 e Lamim, mostraram mais dificuldades em cumprir suas funções, sendo que Regulação e Fiscalização e a
80 Participação e Controle Social são as funções que apresentaram maior índice de dificuldade para ser
81 exercidas. Ao final, ele ressaltou que a metodologia proposta configura um instrumento para diagnóstico de
82 problemas de gestão, planejamento, implementação de políticas públicas e tomadas de decisão, que pode
83 ser aplicado em outros municípios do país, a fim de avaliar as gestões municipais do saneamento e
84 identificar os principais entraves do setor. Em sua fala, ele também demonstrou que a organização em
85 formato de consórcio público, como é o caso do CISAB, favorece a gestão, especialmente nos municípios de
86 menor porte. Dando sequência, o Sr. Senisi Rocha convidou as Sras. Rosemary Oliveira, Ludmila Placides e
87 Gilmara de Souza, que montaram uma empresa de consultoria para dar suporte aos municípios no que tange
88 aos PMSBs. Em sua fala, a Sra. Rosemary ressaltou a importância do apoio do Comitê para a elaboração
89 dos planos, pois, caso contrário, a maioria dos municípios não teria conseguido recursos para fazê-los. No
90 entanto, a maioria dos municípios não dá a devida atenção à questão, que fica, muitas vezes, dispersa, no
91 âmbito da administração municipal. Como consequência, os planos têm ficado engavetados. Em seguida, ela
92 apresentou a equipe multidisciplinar, formada por uma engenheira ambiental, uma química e uma bióloga.
93 Por fim, a equipe se colocou à disposição para apoiar tecnicamente os municípios, destacando que é
94 essencial o engajamento das prefeituras nas ações relacionadas aos PMSBs, incluindo sua atualização
95 periódica, pois saneamento é sinônimo de qualidade de vida. Ainda no debate sobre o saneamento,
96 representantes dos municípios salientaram as dificuldades em conseguir mão de obra qualificada para
97 elaborar os projetos e, conseqüentemente, acessar recursos para investimento em obras. Complementando
98 o debate, o Sr. Eduardo Araújo, do IGAM, fez um breve histórico sobre a elaboração dos planos na Bacia do
99 Rio Doce, com recursos oriundos da cobrança pelo uso da água. Ele ressaltou que devido ao imenso passivo
100 relacionado ao saneamento na Bacia, os comitês priorizaram as ações nesse sentido e, de certa forma,
101 assumiram a responsabilidade dos gestores municipais ao contratar a elaboração dos PMSBs. No entanto,
102 os municípios foram agentes ativos e acompanharam de perto todo o processo, porém é preciso que eles
103 continuem investindo em capacitação e priorizem a efetiva execução dos PMSBs. Finalizando a fala, ele
104 destacou o trabalho de acompanhamento da implementação dos planos, que vem sendo realizado no âmbito
105 da CTPP do CBH-Piranga, sugerindo ao Manhuaçu que busque conhecer e replicar a iniciativa, entretanto,
106 no seu entendimento, não é o momento de o Comitê alocar recurso para a revisão dos planos. Encerrando o
107 debate sobre a questão, o Sr. Senisi Rocha relatou que o objetivo é gerar uma grande provocação, para que
108 os municípios reflitam sobre a importância do tema, destacando, ainda, a importância de valorizar a mão de
109 obra local. Dando prosseguimento aos itens da pauta, foi passado aos informes da CTPP sobre o Programa
110 Rio Vivo. Inicialmente, o Sr. Senisi Rocha solicitou que todos os componentes da Câmara Técnica se
111 colocassem de pé para serem apresentados aos conselheiros. Em seguida, fez um breve relato,
112 mencionando que a discussão sobre os Programas Hidroambientais vem sendo feita desde 2017 e
113 apresentou o mapa de vulnerabilidade elaborado pelo IBIO, em que 07 municípios da Bacia estão

Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu realizada no dia 09/08/2019

114 enquadrados como de alta vulnerabilidade, sendo: Reduto, Santa Rita do Itueto, São João do Manhuaçu,
115 Aimorés, Itueta, Resplendor e Luisburgo. Nesse sentido, considerando que não há recursos para atender a
116 todas as 28 (vinte e oito) cidades da Bacia, a proposta da CTPP, conforme orientação da agência, é priorizar
117 as áreas de alta vulnerabilidade, no que tange às bacias de captação para abastecimento público desses
118 municípios. Em relação aos recursos disponíveis, ele explicou que a primeira etapa comprometerá cerca de
119 15% do recurso, com uma média de R\$ 1.500 por propriedade. Nesse sentido, considerando que, ao todo, o
120 CBH Manhuaçu dispõe de, aproximadamente, R\$ 7 milhões em caixa, o objetivo era atender 720
121 propriedade. No entanto, o valor de referência remete aos dados de 2017, portanto, pode haver diferença
122 significativa em uma nova cotação. Sendo assim, ele explicou que a proposta da agência é contemplar 350
123 propriedades, sendo 50 em cada município. Ele destacou, ainda, que os membros da CT se debruçaram
124 sobre o Ato Convocatório que gerou a contratação no CBH-Suaçuí para propor melhorias e adequá-lo à
125 realidade do Manhuaçu, sendo essas proposições repassadas ao IBIO. Por fim, explicou que o próximo
126 passo contempla a publicação do Edital de Chamamento, que é uma espécie de “convite” aos municípios
127 para aderir ao programa. No entanto, o prosseguimento da iniciativa está condicionado à capacidade
128 operacional da agência. Sendo assim, o objetivo o Comitê é finalizar toda a discussão internamente, a fim de
129 que tão logo a agência consiga se organizar não haja mais atrasos para o lançamento do edital e,
130 posteriormente, do Ato Convocatório. Finalizadas as discussões sobre esse ponto, o Sr. Senisi Rocha fez um
131 resumo sobre sua participação no Fórum Mineiro de Comitês, realizado em Belo Horizonte, no mês de maio.
132 Dentre os principais temas debatidos no Fórum ele destacou a situação do passivo de outorgas do Estado de
133 Minas Gerais. Segundo informações fornecidas na reunião, o IGAM vem se esforçando para sanar o passivo,
134 porém há uma grande demanda e novos processos surgem todos os dias. Nesse sentido, visando dar
135 celeridade à questão, foi criado um grupo de trabalho, sendo que o Sr. Senisi é componente do mesmo.
136 Ainda sobre o Fórum, ele comentou com os conselheiros sobre a sugestão do novo mapa que está sendo
137 proposto para o gerenciamento de recursos hídricos em Minas Gerais, a partir do qual a divisão do Doce
138 será reconfigurada. No entanto, essa questão ainda está em fase de análise, sendo parte integrante da
139 revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Ao final dos informes sobre o Fórum, destacou que também
140 foram pautados no encontro: a situação de Brumadinho, o mestrado ProfÁgua, ENCOB, estruturação dos
141 comitês que não possuem cobrança, decreto de regulamentação sobre os contratos de gestão, dentro outros
142 assuntos ligados à pauta hídrica. Finalizadas as discussões sobre esse item, as atividades foram
143 interrompidas para o almoço. Retomando os trabalhos, os conselheiros Alexandre Ribeiro, Saulo Soares e
144 Benilde Madeira, que representaram o Comitê no Seminário Técnico CIF/Renova, fizeram uma apresentação
145 sobre a participação no evento. Nas falas, eles relataram que o evento os permitiu visualizar melhor os
146 trabalhos que estão sendo realizados pela Fundação, bem como no âmbito das Câmaras Técnicas do CIF.
147 Eles destacaram também que foi um fórum interessante para conhecer a realidade e as reivindicações das
148 comunidades atingidas diretamente pelo rompimento da barragem de Fundão. Após as falas, o Sr. Senisi
149 Rocha requereu dos participantes a apresentação do relatório físico, conforme acordado junto à plenária,
150 sendo esse um quesito para a liberação de novas viagens. Em seguida, o presidente do CBH Manhuaçu
151 falou brevemente sobre a proposta de novo Regimento Interno do Fórum Mineiro de Comitês, cuja minuta foi

Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu realizada no dia 09/08/2019

152 compartilhada com todos os conselheiros. Ele informou que compôs a comissão que analisou o documento,
153 que foi trabalhado de forma minuciosa. Considerando a extensão do documento, os conselheiros optaram
154 por não realizar a leitura integral do mesmo, sendo acordado que as contribuições deverão ser
155 compartilhadas por e-mail, considerando limite para envio ao FMCBHs, no dia 05/07. Ao final da discussão,
156 feito o encaminhamento, os membros do Comitê aprovaram, de forma simbólica, o novo Regimento do
157 Fórum. Dando prosseguimento à pauta, foi passada à apresentação e deliberação do orçamento de custeio
158 do IBIO (7,5%), com recursos IGAM, para o exercício de 2019. Para tanto, foi convidado o analista financeiro
159 do IBIO, Miqueias Calebe Donde. Iniciando a apresentação, ele explicou que a aprovação do orçamento da
160 parcela de custeio estadual nos CBHs é uma exigência prevista no Contrato de Gestão firmado entre o IBIO
161 e o IGAM. Em sua fala, ele apresentou os valores disponíveis e a alocação prevista para os mesmos,
162 ressaltando que a realidade orçamentária precisou ser adequada ao recurso arrecadado com a cobrança
163 pelo uso da água, considerando a interrupção do repasse de recursos adicionais, que era feito anualmente
164 pela ANA, a fim de auxiliar o funcionamento e a estruturação da agência. Ele ressaltou que os valores a
165 serem aprovados referem-se, exclusivamente, à parcela dos recursos arrecadados com a cobrança estadual
166 (MG), que correspondem a aproximadamente 65% da arrecadação total. O restante do recurso disponível
167 refere-se à cobrança em âmbito federal. Ele informou, ainda, que os valores cujo repasse está condicionado
168 à aprovação do orçamento correspondem às seguintes parcelas: 4º trimestre de 2018; 1º, 2º e 3º trimestres
169 de 2019. Além disso, explicou que não está incluída a parcela de 92,5%, cujo repasse não está vinculado à
170 aprovação no âmbito dos CBHs. Após a apresentação, o Sr. Senisi Rocha perguntou qual a contribuição do
171 CBH Manhuaçu em relação ao montante que está sendo aprovado, considerando que o valor apresentado
172 abrange toda a arrecadação mineira, abrangendo os seis CBHs. Em resposta, o Sr. Miqueias informou que a
173 parcela do Manhuaçu é de aproximadamente 5% do valor total arrecadado. Ao final, o Sr. Senisi questionou
174 o fato de as informações não terem sido compartilhadas com antecedência, considerando a importância de
175 conhecer a matéria de forma aprofundada antes da votação. Diante da indagação, o representante do IBIO
176 concordou com a reivindicação e afirmou que isso não se repetirá. Feita a apresentação e sanadas as
177 dúvidas, a matéria foi colocada em regime de votação, sendo aprovada com 14 (quatorze) votos favoráveis.
178 Oito conselheiros se abstiveram e não houve manifestações contrárias. Encerradas as discussões, foi
179 iniciada a apresentação da deliberação em apoio à execução do Projeto PROURGAS no Leste de Minas
180 Gerais, aprovada, inicialmente, *ad referendum*, considerando a urgência em dar celeridade ao andamento do
181 projeto e comprimir os prazos determinados em Termo de Compromisso. A fim de dar conhecimento aos
182 conselheiros, o vice-presidente do Comitê, Genilson Tadeu, fez a leitura da íntegra da Deliberação,
183 destacando os objetivos e contrapartida do Comitê para o projeto. Em seguida, durante os debates, o Sr.
184 Eduardo Araújo, do IGAM, mencionou que o PROURGAS é uma etapa importante no processo de
185 regionalização do IGAM. Ele explicou, ainda, que apesar de a menção ser feita à URGA Leste, o projeto
186 abrangerá todas as demandas de outorga inseridas no território da Bacia do Rio Doce. Ao final, foi
187 mencionado que o coordenador da URGA é o servidor do IGAM, Wyllian Melo, membro suplente do CBH
188 Manhuaçu. Em seguida, a matéria foi colocada em regime de votação, sendo referendada de forma unânime
189 pela plenária. Dando continuidade, foi passada à deliberação sobre o processo de outorga da PCH Benjamin

Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu realizada no dia 09/08/2019

190 Mário Baptista, também aprovada *ad referendum*, em função do atendimento aos prazos previstos em
191 deliberação do CERH-MG. Eles destacaram que apesar de não ter ocorrido votação, o assunto foi
192 exaustivamente tratado na última plenária, sendo as sugestões feitas pelos conselheiros incorporadas à DN,
193 sintetizando as preocupações do conselho quanto ao empreendimento. Após a leitura do texto, a deliberação
194 foi referendada de forma unânime pela plenária. Prosseguindo, foi passada à indicação dos representantes
195 para participar do ENCOB, o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, que será realizado em
196 Foz do Iguaçu/PR, no mês de outubro. Considerando que o recurso para participação é de origem federal, o
197 presidente do Comitê explicou que a indicação deve ser feita em consonância com os critérios previstos na
198 Deliberação Normativa nº 64, do CBH-Doce. De acordo com a referida deliberação são três vagas, sendo
199 uma destinada ao presidente do Comitê. Nesse sentido, considerando que o Sr. Senisi Rocha, presidente do
200 CBH Manhuaçu, manifestou interesse em participar, restaram outras duas vagas. Em atenção ao critério da
201 DN e considerando as manifestações do plenário, foram selecionados para as duas vagas remanescentes os
202 Srs. Alexandre Ribeiro e Marília Emerick, pois ambos nunca participaram do evento. Foi formada também
203 uma lista de espera composta pelos seguintes conselheiros: Isaura Paixão, Flávia Dias, Douglas Almeida e
204 Genilson Tadeu. Considerando que todos os suplentes já foram ao evento, será verificado o segundo critério,
205 a assiduidade, como forma de definir a ordem de prioridade, caso algum dos selecionados desista de
206 participar do evento. Prosseguindo, foi passada à apresentação da Fundação Renova sobre o Programa de
207 Restauração Florestal, sendo, para tanto, convidado o Sr. Felipe Drummond. Em sua fala, ele fez uma breve
208 apresentação sobre os trabalhos da Fundação e os programas do TTAC, bem como a assinatura do TAC-
209 GOV, dando ênfase aos programas de Restauração Florestal e Recuperação de Nascentes, previstos nas
210 Cláusulas 161 e 163. Ele explicou que a Fundação trabalhará em três eixos, sendo: pessoas e
211 comunidades; terra e água; e, reconstrução e infraestrutura. Especificamente sobre as ações de restauração,
212 ele falou sobre o estudo de definição de áreas prioritárias, feito de forma integrada entre a UFV e a UFMG e
213 mencionou a publicação dos editais de mobilização junto aos produtores para o início das ações. Em relação
214 à forma de atuação, ele relatou que os proprietários são tratados de forma individualizando, sendo
215 imprescindível ter ou fazer o CAR. Em seguida, detalhou o funcionamento da dinâmica do PSA e explicou
216 que o estudo de áreas prioritárias, feito com base em três critérios: vulnerabilidade ambiental; vulnerabilidade
217 social e vocação à recuperação ambiental, sendo que dois municípios do CBH Manhuaçu estão na área
218 vulnerável que será atendida no próximo edital, sendo: Lajinha e Mutum. Nesse sentido, ele destacou que é
219 imprescindível o apoio do Comitê para impulsionar a divulgação junto aos proprietários rurais, cujo acesso,
220 muitas vezes, é bastante complexo. Finalizando, ele destacou a importância de formar a Unidade de
221 Acompanhamento Local (UAL), com atores com capacidade de mobilização para congregar os produtores,
222 envolvendo entidades como associações e sindicatos. Finalizada a apresentação, o Sr. Senisi destacou a
223 importância de trazer as ações para toda a Bacia, considerando o entendimento de que a bacia hidrográfica
224 é o território para realização das ações, sobretudo, porque o maior volume de ações e recurso está
225 concentrado nos 40 (quarenta) municípios da calha do Doce, negligenciando, muitas vezes a importância
226 dos rios afluentes para melhorar a qualidade da água do Rio Doce. Nesse sentido, ele destacou a
227 importância de que as ações sejam muito bem feitas nesses dois municípios, até mesmo para pleitear a

Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu realizada no dia 09/08/2019

228 ampliação das ações na região do Manhuaçu. Em seguida, foi passada à composição da UAL, que,
229 inicialmente, ficou definida com o seguinte formato:

Unidade de Acompanhamento Local (UAL) - Manhuaçu			
Instância de Acompanhamento		Classe/Município	Nome
I. Coordenador		Mutum	Genilson Tadeu Silva
II. Secretaria Executiva	Fundação Renova/WWF-BR		Felipe Alves Drummond
			Gabriela Soares Pereira
III. Plenário (instituições fixas)	03 (três) representantes indicados pela Fundação Renova, responsável pela execução do Programa PSA Rio Doce	-	Felipe Alves Drummond
		-	Gabriela Soares Pereira
		-	Flávia Dias Hercolano Raposo
	03 (três) representantes do CBH-Manhuaçu, respeitando a paridade entre poder Público, usuários e sociedade civil	Poder Público	Saulo Soares Neiva
		Sociedade Civil	Geraldo Pereira
			Senisi Almeida Rocha
	Usuários	Isaura Pereira da Paixão	
		Maria Aparecida Salles Franco	
	01 (um) representante da (s) prefeitura (s) de cada município	Mutum	Genilson Tadeu Silva
		Lajinha	Marcones Abreu
	01 (um) representante (s) do sindicato (s) dos produtores rurais de cada município	Mutum	Henrique Gonçalves Pires
		Lajinha	Júlio Maria Hubner Guimarães
	01 (um) representante do (s) sindicato (s) dos trabalhadores rurais de cada município	Mutum	João Carlos Rosa
		Lajinha	Macos Vinicius
01 (um) representante da EMATER-MG, nas sub-bacias do estado de Minas Gerais	Mutum	Mario Teixeira	
	Lajinha	Leandro Firmino	
01 (um) representante do IEF-MG, nas sub-bacias do Estado de Minas Gerais	Mutum	Márcio Lima do Amaral	
	Lajinha	Kildaire Brandão e Ademir Lipar	
01 (um) representante do Sicoob	Lajinha	Juliano Afonso da Silva	
III. Plenário (instituições convidadas)	Câmara Municipal / comunidade Humaitá	Mutum	Carlos Henrique de Freitas Clemente
	Associação Pró-leite	Mutum	Vagner Marcio Silva
	Conselho Comunitário da Paz Lajiense (CONSEP)	Lajinha	Eduardo Barbosa Martins
	Secretaria Estadual de Educação	Lajinha	Dennis Géa Zschaber Nogueira
	CMDRS	Lajinha	José Manoel da Silva (Sr. Nenê)
	Secretaria de Agricultura / CMDRS	Mutum	Genadir Ferreira de Carvalho
	Pastoral Social - Paróquia São Manoel	Mutum	Marília Cândida da S. Barbosa
	Pastoral Social (igreja católica)	Lajinha	Claudinei Gomes da Silva
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Terezinha	Mutum	Givanildo Lourenzo de Souza
	SAAE	Lajinha	Marcelo Bastos
Associação Empresarial / COMASB	Mutum	Karone Marllus Rocha de Oliveira	

230 A fim de garantir o contato e a organização da primeira reunião, agendada para o dia 01/07, na UAITEC, em
231 Mutum, todos os indicados deverão passar os contatos de telefone e e-mail à organização. Além disso, as
232 instituições que ainda não indicaram os nomes deverão tomar as providências dentro da maior brevidade
233 possível, a fim de iniciar os trabalhos com toda a composição da Unidade estabelecida. Finalizada a
234 discussão, foi passado aos assuntos gerais. Nesse item, o Sr. Senisi Rocha falou sobre a expedição pelo Rio

Aprovada em reunião do CBH-Manhuaçu realizada no dia 09/08/2019

235 Manhuaçu, destacando as parcerias estabelecidas com a Faculdade do Futuro e a UNIVERTIX. Ele
236 destacou, ainda, que está aguardando retorno do IFMG de Realeza e que fará contato também com a
237 UEMG, visando estabelecer novas parcerias. Nesse sentido, a Sra. Flávia Dias propôs também fazer contato
238 com a Fundação Renova, considerando os estudos que vem sendo desenvolvidos. Encerrando, ele destacou
239 a importância de que os conselheiros sempre utilizem o colete, a fim de reforçar a identidade do CBH, em
240 ações relacionadas a questões ambientais. Para ilustrar, ele mostrou a foto de um conselheiro do Comitê,
241 conhecido como Sr. Neném, usando o colete em uma atividade. Sendo assim, ele pediu àqueles
242 conselheiros que ainda não tem o colete que o procurem para pegar. Fechando os assuntos gerais, o Sr.
243 Genilson Tadeu fez um chamamento aos municípios sobre a questão dos aterros sanitários na Bacia,
244 propondo a elaboração de uma carta sobre o tema que deverá ser endereçada aos prefeitos. Para tanto,
245 convidou todos para participar de uma reunião sobre o tema, no dia 06/06, próxima quinta-feira. Sem mais
246 assuntos a tratar, a reunião foi encerrada por volta das 17h.

247 Assina esta ata:



248

249

250

Senisi de Almeida Rocha
Presidente do CBH Manhuaçu